



Força-tarefa do INSS quer reduzir fila para 45 dias - 27/07/2023

Jornal do Comercio - PORTO ALEGRE-RS

Audiência: 66067.5

Força-tarefa do INSS quer reduzir fila para 45 dias O governo federal editou medida provisória para estabelecer regras visando agilizar o atendimento prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos seus milhares de segurados. A MP1181, do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), prevê pagamento de adicional para os funcionários do INSS analisarem processos administrativos e perícias médicas. Parte da iniciativa, no entanto, vem para regular o que já está regulamentado pelo Decreto 3.048/1999 da Previdência Social, que estipula o prazo máximo de 45 dias para que o órgão analise os pedidos de aposentadoria, perícias, auxílios e outros benefícios assistenciais. Apesar de estabelecido desde 1999, o prazo há muitos anos não vem sendo cumprido pelo INSS e o resultado, nos dias atuais, é uma fila que ultrapassa 1,8 milhão de solicitações. A MP assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva retorna com o chamado 'bônus de produtividade' para os servidores da autarquia. O bônus de produtividade cria um contraturno, onde o servidor receberá um adicional de salário para tratar apenas de pedidos que estão na fila, iniciando pelos mais antigos. A intenção, segundo o governo, é fazer com que até o final deste ano o prazo para análise dos pedidos junto ao INSS fique dentro da lei de 45 dias. Além da MP, o INSS implementou outra medida para deslanchar os processos represados. Ampliou de 6 para 15 a quantidade máxima de processos/dia que pode ser analisado por cada servidor. Também nessa força-tarefa, está previsto o pagamento de bônus por processo concluído. O Portal da Transparência do INSS traz todos os números dos pedidos represados, e aponta que perduram 22.180 processos de benefício



Força-tarefa do INSS quer reduzir fila para 45 dias - 27/07/2023

Jornal do Comercio - PORTO ALEGRE-RS

Audiência: 66067.5

assistencial a pessoas com deficiências que se encontram há mais de 365 dias parados na fila. Segundo o Porta, 64% dos pedidos gerais estão na fila há mais de 45 dias - dos quais, 24% aguardam de 45 a 90 dias; 27% de três a seis meses; 11% de seis meses a um ano; e 2% esperam há mais de um ano. Confrontado nos últimos meses pela demora na análise dos pedidos de benefícios, o INSS argumenta que a falta de servidores afeta a rotina de trabalho, assim como o aumento substancial no número de pedidos após a pandemia de Covid-19. O órgão destaca que perdeu 5% da sua força de trabalho por motivos diversos - aposentadorias, demissões, mortes. Para repor parte do contingente perdido, seria necessário a contratação de pelo menos 5 mil servidores em todo o Brasil para dar conta da demanda dos brasileiros. A expectativa do órgão é pela divulgação de edital de concurso ainda neste ano.

Força-tarefa do INSS quer reduzir fila para 45 dias - 27/07/2023

Jornal do Comercio - PORTO ALEGRE-RS

Audiência: 66067.5

/ EDITORIAL

Força-tarefa do INSS quer reduzir fila para 45 dias

O governo federal editou medida provisória para estabelecer regras visando agilizar o atendimento prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos seus milhares de segurados. A MP 1.181, do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), prevê pagamento de adicional para os funcionários do INSS analisarem processos administrativos e perícias médicas. Parte da iniciativa, no entanto, vem para regular o que já está regulamentado pelo Decreto 3.048/1999 da Previdência Social, que estipula o prazo máximo de 45 dias para que o órgão analise os pedidos de aposentadoria, perícias, auxílios e outros benefícios assistenciais.

Apesar de estabelecido desde 1999, o prazo há muitos anos não vem sendo cumprido pelo INSS e o resultado, nos dias atuais, é uma fila que ultrapassa 1,8 milhão de solicitações. A MP assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva retorna com o chamado 'bônus de produtividade' para os servidores da autarquia.

O bônus de produtividade cria um contraturno, onde o servidor receberá um adicional de salário para tratar apenas de pedidos que estão na fila, iniciando pelos mais antigos. A intenção, segundo o governo, é fazer com que até o final deste ano o prazo para análise dos pedidos junto ao INSS fique dentro da lei de 45 dias.

Além da MP, o INSS implemen-

tou outra medida para deslançar os processos represados. Ampliou de 6 para 15 a quantidade máxima de processos/dia que pode ser analisado por cada servidor. Também nessa força-tarefa, está previsto o pagamento de bônus por processo concluído.

O Portal da Transparência do INSS traz todos os números dos pedidos represados, e aponta que perduram 22.180 processos de benefício assistencial a pessoas com deficiências que se encontram há mais de 365 dias parados na fila. Segundo o Portal, 64% dos pedidos gerais estão na fila há mais de

45 dias - dos quais, 24% aguardam de 45 a 90 dias; 27% de três a seis meses; 11% de seis meses a um ano; e 2% esperam há mais de um ano.

Confrontado nos últimos meses pela demora na análise dos pedidos de benefícios,

Apesar de estabelecido em decreto de 1999, o prazo de 45 dias para análise não vem sendo cumprido

o INSS argumenta que a falta de servidores afeta a rotina de trabalho, assim como o aumento substancial no número de pedidos após a pandemia de Covid-19. O órgão destaca que perdeu 5% da sua força de trabalho por motivos diversos - aposentadorias, demissões, mortes. Para repor parte do contingente perdido, seria necessário a contratação de pelo menos 5 mil servidores em todo o Brasil para dar conta da demanda dos brasileiros. A expectativa do órgão é pela divulgação de edital de concurso ainda neste ano.